

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	9
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	34
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	37
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	38
10.5 - Políticas contábeis críticas	40
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	45
10.8 - Plano de Negócios	46
10.9 - Outros fatores com influência relevante	49

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1. Descrição – Gerenciamento de Riscos

A Companhia tem como prática a análise constante destes riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Efetuamos constantemente monitoramento das mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

Sendo os riscos mais significativos os seguintes:

risco de crédito;  
risco de liquidez; e  
risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio).

#### Risco de Crédito

O risco de crédito é um risco de natureza financeira, relacionado à possibilidade de não recebermos de nossos clientes valores ou créditos devidos em virtude da venda de nossos produtos, ou de recebermos os pagamentos de tais créditos fora dos prazos estabelecidos. O descumprimento das obrigações assumidas por nossos clientes poderá gerar perdas para nossa Companhia, em razão de um eventual “custo de reposição” do nosso fluxo de caixa, afetando adversamente os nossos negócios. A taxa de inadimplência de nossos clientes era de 1% de nossa receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

#### Risco de Liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprir com nossas obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia mantém níveis de liquidez adequados para garantir que possamos cumprir com nossas obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surjam.

#### Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado ao impacto negativo sobre o valor de nossos ativos e passivos causado por oscilações de fatores como taxa de juros ou taxas de câmbio. A maior parte de nossas atividades está sujeita a riscos de mercado. Estamos expostos ao risco de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros praticadas internamente por nós e as taxas de juros de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, de nosso endividamento total, aproximadamente 48% dos empréstimos e financiamentos eram em reais, sujeitos à flutuação de taxas como a TR, CDI TJLP e taxas acordadas com os agentes financeiros que representou em 31 de dezembro de 2016 R\$ 1,9 milhões de despesas financeiras ou 1,6% da nossa Receita Operacional Líquida- ROL. O aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos nossos empréstimos, reduzir a demanda por nossos produtos ou ter um impacto significativo sobre nossas despesas financeiras e resultados operacionais.

O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2016, nossas operações cambiais de ACC, ACE e empréstimos em Dólar ou atrelado à variação do Dólar ou outra moeda, representavam em curto e longo prazos, o equivalente a 52% do nosso endividamento, que resultou para 31 de dezembro de 2016 em R\$ 3,3 milhões de despesas financeiras ou 2,8%, da nossa Receita Operacional Líquida- ROL.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A receita líquida de vendas da Companhia proveniente do mercado externo representou aproximadamente 34% em 2016. As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco significativo é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio e exigências de licença de importação ou exportação.

O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia.

Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem:

- a) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera;
- b) controles cambiais;
- c) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica, em particular de mercados emergentes;
- d) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias;
- e) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis, tratados e regulamentos internacionais complexos;
- f) alíquotas de tributos;
- g) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária;
- h) custos de distribuição, interrupções do transporte ou redução da disponibilidade de transporte fretado.

A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

No passado, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. A inflação e certos atos do governo para combatê-la já causaram efeitos significativamente negativos sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, no entanto, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos períodos anteriores. No entanto, pressões inflacionárias persistem e medidas adotadas para combatê-las, bem como a especulação sobre as medidas futuras que possam vir a ser adotadas pelo Governo Federal, têm gerado ao longo dos últimos anos um clima de incerteza econômica no Brasil e aumentado a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. As pressões inflacionárias podem levar a intervenções governamentais sobre a economia, incluindo a introdução de políticas que podem afetar adversamente o desempenho geral da economia brasileira, o que, por sua vez, poderia afetar adversamente as operações da Companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2. Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado por nós adotada, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:****a. riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia opera no mercado financeiro de modo conservador, e busca limitar ao máximo as perdas sem prejudicar a eficiência. Buscamos proteção contra riscos de crédito, riscos de taxa de juros, riscos de preço e riscos de taxa de câmbio.

As vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

**b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo a administração desses instrumentos efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos (hedge).

**c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico.

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Os instrumentos utilizados são conservadores e regularmente monitorados. A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou sensivelmente superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento). Todas as operações são controladas pela Gerência Financeira da Companhia e informadas a Diretoria Executivo. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos ( hedge).

**e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Complementarmente, não possuímos instrumentos financeiros com objetivos diversos ( hedge).

**f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

Em linhas gerais, os riscos financeiros são regularmente monitorados e gerenciados a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados, todas as operações são controladas pela gerência financeira da Companhia e aprovadas pela Diretoria.

Tais operações, quando solicitadas, são fornecidas e verificadas pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal.

**g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Administração da Companhia mantém monitoramento periódico sobre os instrumentos e índices financeiros, por meio de controles internos, fiscalizados pela Auditoria Independente Externa e Conselho Fiscal instalado.

Não operamos no mercado de derivativos e/ou hedge, adicionalmente os empréstimos não tem cláusulas restritivas (*covenants*).

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3. Descrição dos Controles Internos

**Em relação aos controles internos adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar :**

- a) as principais praticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providencias adotadas para corrigi-las :**

O modelo de controle interno adotado tem foco em funções, processos, atividades, pessoas e tecnologias da Companhia.

Visando o crescimento e a melhoria destes controles internos, a Companhia, utiliza como ferramenta suporte o sistema **Qlikview** para controle de custos e geração de informações gerenciais. Programas de administração de manutenção e gestão de compras, além de um programa financeiro e contábil/fiscal eficiente também fazem parte do cotidiano da Administração.

Treinamentos constantes e atualizações referente a estes sistemas de controles internos também fazem parte dos métodos de controle da companhia.

Quando é identificado alguma imperfeição na qualidade ou no método da informação gerada nos controles internos, ela é imediatamente analisada e solucionada , utilizando-se de métodos e ferramentas também internos de análise destas imperfeições. Ex : Formulário 5W1H .

- b) estruturas organizacionais envolvidas :**

Todas as áreas da Companhia são responsáveis e estão envolvidas nas informações prestadas para elaboração das demonstrações financeiras , elas contribuem cada uma com o gerenciamento de seus controles internos para prestarem essas informações, e também com as análises das imperfeições e correções necessárias.

- c) como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia :**

A Companhia mantém em sua estrutura organizacional a área de controladoria, subordinada à Gerencia Administrativa, o qual tem como principal objetivo assegurar que operacionalmente se mantenha padrões de qualidade e controles que vão contribuir para a melhoria contínua da elaboração das demonstrações financeiras, orçamentária e gerencial.

Além desta mencionada acima , as áreas de produção, financeira, compras, contábil/fiscal , dão todo o suporte para a confiabilidade e identificação das informações internas prestadas para a geração das demonstrações financeiras.

Tudo monitorado constantemente pelas Gerencias, Supervisões e Lideranças de cada uma destas áreas e pela Diretoria e Conselho da Companhia.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente :**

Faz parte das tarefas da Auditoria monitorar e recomendar a possíveis divergência. A Administração da Companhia esta sempre atenta nas mudanças determinadas pela CVM e órgãos governamentais bem como as próprias mudanças que possam ocorrer na estrutura organizacional para não ter adversidades que comprometa o caixa ou ética dos gestores. Para adequar os controles contábeis ao nível internacional bem como atender as obrigações acessórias impostas pelo governo, a Administração adota através do comitê tributário ou assuntos contábeis um planejamento que deve ser seguido rigorosamente.

Ainda assim, a auditoria avalia os procedimentos e possivelmente recomenda a atenção no tocante as obrigações tributárias acessórias e melhoria no preenchimento de algumas declarações fiscais. É de política da Companhia a melhoria continua independente do setor, dessa forma, nos últimos exercícios, foram implementadas ferramentas que dão suporte aos controles internos, objetivando transparência plena.

Abaixo , na integra o relatório de recomendações dos controles internos da Companhia emitido por nossa Auditoria Externa nos termos da regulamentação da CVM.

**ELECTRO AÇO ALTONA****Relatório de Recomendações e  
Avaliação do Ambiente de Controles  
Internos 2016**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

Blumenau (SC), 14 de Abril de 2017.

Aos  
Administradores da  
**Electro Aço Altona S.A.**  
Blumenau – SC

Prezados Senhores,

Conforme previsto em nosso contrato de prestação de serviços nº 96/2014, datado em 13 de novembro de 2014, e em nosso planejamento e execução dos trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras da **Electro Aço Altona S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, levamos em consideração a estrutura de controle interno para determinar os nossos procedimentos de auditoria com a finalidade de expressar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, e não para oferecer uma garantia sobre a estrutura de controle interno. Nosso estudo e avaliação da estrutura de controle interno não revelariam necessariamente todos os assuntos que poderiam constituir fraquezas significativas, de acordo com as normas profissionais.

Uma fraqueza significativa é uma condição na qual o modelo ou o funcionamento de um ou mais elementos específicos da estrutura de controle interno não reduz a nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades em valores que seriam significativos em relação às demonstrações financeiras que estão sendo auditadas, e não serem detectados, em tempo hábil, pelos funcionários durante o curso normal de execução das funções que lhes são atribuídas.

Entretanto não notamos nenhum problema que envolve a estrutura de controle interno e seu funcionamento, que consideramos fraquezas significativas, conforme definido acima.

Esta carta destina-se a uso exclusivamente interno da Administração da **Electro Aço Altona S.A.** Sua divulgação externa poderia suscitar dúvidas e originar interpretações errôneas em pessoas que desconhecem os objetivos e as limitações dos exames desenvolvidos de acordo com as normas de auditoria visando atingir o objetivo descrito no primeiro parágrafo.

Permanecemos à disposição de V.Sas. para os esclarecimentos adicionais que possam ser requeridos sobre este relatório de recomendações e sobre detalhes da execução dos trabalhos.

Atenciosamente,

**BERKAN AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC- SC-009075/O-7

---

Bradley Ricardo Moretti  
Sócio de Auditoria  
Contador CRC-SC-023.618/O-6



## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas****5.4. Alterações Significativas**

Além dos riscos acima referidos, também julgamos relevantes os seguintes fatores macroeconômicos:

O Governo Federal do Brasil frequentemente intervém na economia do País e por vezes altera de maneira significativa as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia.

As medidas para controlar a inflação e influenciar na economia, podem influenciar positivamente ou negativamente nosso negócio.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

### **5.5. Outras Informações Relevantes – Gerenciamento de Riscos e Controles Internos**

Além dos riscos acima referidos, não há outras informações relevantes .

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1. Opinião dos Diretores sobre:

#### 10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A produção industrial brasileira, medida pelo IBGE, reagiu um pouco em relação ao final de 2015 onde registrou queda de 8% e encerrou 2016 com queda de 6%. O melhor crescimento ocorreu na passagem de novembro para dezembro de 2016 onde o índice melhorou 2,3% na atividade industrial, demonstrando uma melhora e vislumbrando um próximo ano melhor. A melhora deste desempenho deveu-se muito ao avanço de 10,8% da indústria de veículos automotores, reboques e carrocerias, porém o setor de bens de capital foi o que registrou a única taxa negativa -3,2% em dezembro de 2016, segmento esse específico da produção de veículos pesados.

O ano de 2016 foi um ano de desafios, turbulências e adequações para a indústria em geral no Brasil. Com este cenário ainda mais turbulento, o retorno sobre o Patrimônio Líquido foi de -2,6 pontos percentuais em 2016, reflexos da não realização do orçamento em função da retração econômica nacional.

A Diretoria entende que mesmo com os indicadores apresentando condições patrimoniais menores do que os últimos anos, a pequena melhora no 4º Trimestre de 2016 faz com que vislumbre que é possível implementar o plano de negócios e cumprir as suas obrigações de médio a longo prazo.

A geração de caixa contábil também foi prejudicada pela eminência da reestruturação operacional e ocupacional, e sendo complementada através de empréstimos de terceiros, para atender e cobrir as necessidades de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

Índices	2014	2015	2016
Liquidez corrente	1,74	2,15	1,69
Liquidez geral	0,48	0,52	0,48
Endividamento (Passivo Total/PL)	168,8%	175,2%	154,4%
Retorno sobre o Ativo	2,5%	0,1%	-0,7%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	9,8%	0,2%	-2,3%

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Circulante era de R\$ 79,2 milhões, e superava o Passivo Circulante de R\$ 46,8 milhões em um montante de R\$ 32,5 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,69. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o índice de liquidez corrente era, respectivamente, de 2,15 e 1,74.

O endividamento total de 2016 era de 154,4% (passivo circulante mais passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido). Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o índice de endividamento total era, respectivamente, de 175,2% e 168,8%. A queda do índice de endividamento total em relação ao ano de 2015 deve-se principalmente as amortizações efetuadas durante 2016 de financiamentos de Moeda Estrangeira e a desvalorização da moeda nacional neste ano, se comparada ao ano

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

anterior. A Companhia continua buscando a redução nos empréstimos de curto e longo prazo, sendo essa uma das premissas para 2017.

A Companhia teve um nível negativo de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido. No exercício encerrado em 2016, o retorno foi de -2,3% sobre o Patrimônio Líquido (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido do ano anterior) e -0,7% sobre o Ativo (lucro líquido dividido pelo ativo total). No exercício encerrado em 2015, o retorno foi de 0,2% sobre o Patrimônio Líquido e 0,1% sobre o Ativo. No exercício encerrado em 2014, o retorno foi de 9,8% sobre o Patrimônio Líquido e 2,5% sobre o Ativo.

Em regra geral, o nível de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido é decorrente do modelo de negócios que a Companhia é atrelada. Levando em consideração uma média alavancagem operacional e a alta necessidade de investimentos em ativos, comparados com outras empresas do setor.

10.1.b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

	Estrutura de Capital - R\$ milhões - Em 31 de Dezembro de					
	2014		2015		2016	
Capital de terceiros - circulante	53,2	19,6%	46,4	17,2%	47,0	19,2%
Capital de terceiros - não circulante	144,4	53,3%	151,2	56,1%	128,6	52,6%
Capital próprio - patrimônio líquido	73,5	27,1%	71,8	26,7%	69,0	28,2%
Total	271,1	100%	269,4	100%	244,6	100%

A manutenção da flexibilidade financeira é importante componente do modelo de negócios da Companhia. A Diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis conservadores de alavancagem e foca o ano de 2017 na redução dos gastos visando a redução do endividamento e aumento caixa. Classificamos também como capital de terceiros não circulante o parcelamento dos impostos - REFIS. Não há hipóteses de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A necessidade de recursos deve-se:

Os recursos tomados destinam-se a:

- (i) pagamento pelo custo dos produtos e gastos gerais;
- (ii) atendimento ao cronograma de pagamentos de nossos investimentos;
- (iii) impostos incidentes sobre a receita bruta tais como ICMS, PIS/COFINS, INSS sobre receita e IPI, bem como IR e CS sobre o Lucro, e encargos e contribuições sobre a mão de obra direta e indireta.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A principal fonte de recurso é o caixa, ou equivalente de caixa, gerado por meio das atividades operacionais e/ou empréstimos de terceiros. Acreditamos que os recursos existentes, a geração de caixa operacional e os recursos gerados por captações serão suficientes para as necessidades de liquidez e nossos compromissos financeiros para os próximos 12 meses. Conforme mencionado, buscamos manter uma estrutura de capital que permita controlar a possível exposição ao risco.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, foi de R\$ 24,2 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 4,3 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 17,8% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 18,5 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 9,6 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 51,9% da geração de caixa da Companhia.

O EBITDA, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 12,8 milhões e a despesa financeira líquida, foi de R\$ 6,0 milhões. Dessa forma a despesa financeira representa 46,9% da geração de caixa da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 1,4x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 2,1x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento financeiro líquido do segmento industrial representava 2,8x o EBITDA dos últimos 12 meses.

Estrutura do EBITDA - R\$ milhões						
	2014		2015		2016	
Lucro antes do resultado financeiro	14,1	8,2%	8,5	5,8%	3,4	2,6%
Depreciação	10,1	5,9%	10,0	6,8%	9,8	8,3%
EBITDA	24,2	14,1%	18,5	12,6%	12,8	10,9%

Representação do % em relação ao ROL			
	2014	2015	2016
Endividamento – R\$ milhões	50,8	53,2	42,2
Caixa e equivalente de caixa–R\$ milhões	16,0	13,5	5,7
Endividamento líquido – R\$ milhões	34,8	39,7	36,7

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A Companhia possui operações de adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré-pagamentos, BNDES-EXIM atrelados às operações de exportações e nota de crédito à exportação (NCE). Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos não-circulantes, tais como o FINEP e o FINAME. Adicionalmente a Companhia iniciou o processo para operacionalizar recebíveis através do PROEX.

**10.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia apresenta em seu planejamento estratégico e plano diretor, investimentos relevantes em máquinas e equipamentos e na expansão do parque fabril. Havendo necessidade de capital de giro de terceiros para tal finalidade, as principais fontes são: ACCs, pré-pagamento, BNDES-EXIM, FINEP e FINAME.

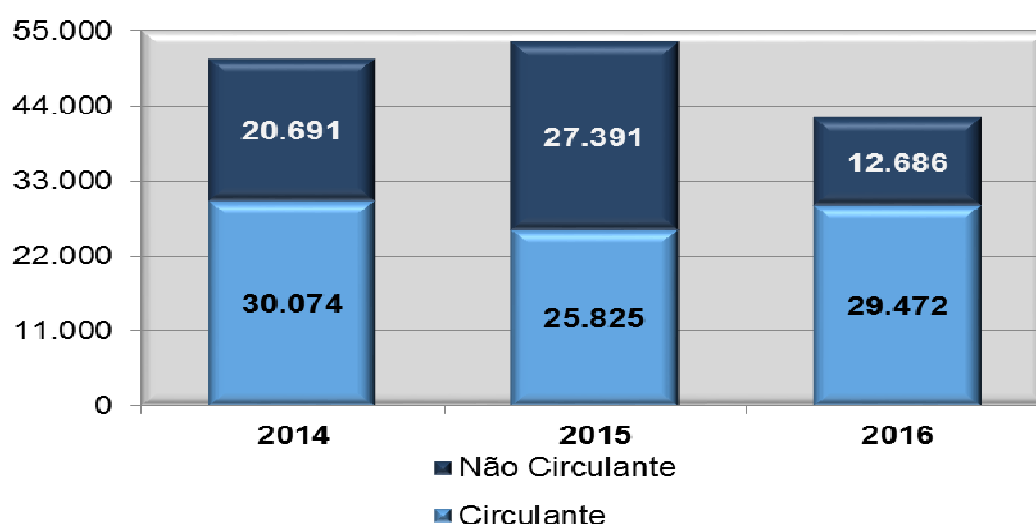
**10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****(i) Contratos de empréstimo e financiamento;**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 50,8 milhões, sendo que R\$ 30,1 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 20,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 53,2 milhões, sendo que R\$ 25,8 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 27,4 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a companhia possuía obrigações com instituições financeiras no valor de R\$ 42,1 milhões, sendo que R\$ 29,4 milhões representavam obrigações com instituições financeiras no circulante e R\$ 12,7 milhões correspondiam a obrigações com instituições financeiras no não circulante.

A tabela da próxima página apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Vencimento dos financiamentos e empréstimos					
	31/12/14		31/12/15		31/12/16	
2014	-	-	-	-	-	-
2015	30.074	59,2%	-	-	-	-
2016	14.825	29,2%	25.825	48,5%	-	-
2017	5.673	11,2%	18.710	35,2%	29.472	69,9%
2018	168	0,3%	7.667	14,4%	11.871	28,2%
2019	25	0,1%	1.014	1,9%	815	1,9%
<b>TOTAL</b>	<b>50.765</b>	<b>100%</b>	<b>53.216</b>	<b>100%</b>	<b>42.158</b>	<b>100%</b>
<b>% do Passivo + PL</b>	<b>18,7%</b>		<b>19,7%</b>		<b>17,2%</b>	

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP os empréstimos bancários da Companhia de 2016, que estão sendo amortizados regularmente em seus vencimentos, estão garantidos com máquinas e equipamentos e avais.

A Companhia manteve com a Companhia Werner S/A e celebrou com a empresa Bellevue Participações Societárias Ltda, a prestação remunerada de fiança, aval e



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

outras avenças. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de operações contratadas pela Companhia, garantido pelas avalistas/fiadoras, é de R\$ 48,0 milhões.

Para o ano de 2016, a Companhia pagou às avalistas/fiadoras, a título de remuneração, a importância de R\$ 340 mil (R\$ 212 mil em 31 de dezembro de 2015), registrado na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais".

- (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras e públicas;

Não há outras relações de longo prazo a não ser as acima mencionadas.

- (iii) parcelamentos de longo prazo - REFIS;

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Circulante	1.933	1,9%	2.039	2,0%	1.435	1,5%
Não Circulante	100.046	98,1%	101.065	98,0%	94.387	98,5%
	101.979	100%	103.104	100%	95.822	100%
% do Passivo + PL	37,6%		38,3%		39,2%	

Amparada na Lei nº. 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, com base na Medida Provisória nº. 2.004-5/2000, de 11 de fevereiro de 2000, convertida na mencionada Lei, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, vem sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor está sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da companhia (base de pagamento), estima-se que o valor total desse passivo deverá ser quitado até o fim do ano de 2065. Em garantia do REFIS FEDERAL foram arrolados e penhorados os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao Programa, os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporados ao parcelamento à razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no Programa, a assessoria jurídica da Companhia requereu em todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06. Destacamos também que a Companhia, poderá sofrer alterações sobre a métrica de recolhimento do recolhimento do REFIS, devido ao andamento de processo judicial. Caso isso aconteça, a Companhia poderá realizar recolhimentos superiores ao que vem realizando, podendo assim afetar significativamente seu fluxo de caixa nos períodos subsequentes.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A Companhia discute no âmbito judicial a inclusão indevida de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição social, não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que esses exercícios não apresentaram lucro tributável. Assim, destacamos que o processo se encontra em andamento no STJ com decisão recente favorável à Companhia e à espera do trânsito em julgado. Desta forma, tal tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 3.019 em 31 de dezembro de 2016.

Neste exercício a Companhia também pleiteou com êxito junto à Receita Federal a limitação das multas quanto ao INSS considerado no REFIS de acordo com a Lei 8.212 art 35 que estabelece teto de até 20%, tendo logrado êxito neste tema. O valor da redução foi de R\$ 9.385 registrado no Resultado da Companhia na rubrica de “Outras Receitas Operacionais”.

- (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há restrições para limites de endividamento e contratação de novas dívidas, também à disposições estatutárias regulando a distribuição de dividendos, e emissão de novos valores mobiliários, conforme quesitos 17.2 e 18 do formulário de referência.

10.1.g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não possui limites de utilização de financiamentos já contratados.

10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	Demonstração dos Resultados – em Milhares de Reais					
	2014		2015		2016	
	AV		AV		AV	
Receita Operacional Líquida,	171.325	100%	146.637	100%	117.687	100%
Custo dos Produtos Vendidos	(127.290)	74,3%	(109.095)	74,4%	(100.019)	85,0%
Lucro Bruto	44.035	25,7%	37.542	25,6%	17.668	15,0%
Outras Receitas Operacionais						

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Outras Receitas Operacionais	3.449	2,0%	3.046	2,1%	14.850	12,6%
Despesas Operacionais						
Despesas com vendas	(14.011)	8,2%	(10.707)	7,3%	(10.435)	8,9%
Despesas gerais e administrativas	(13.719)	8,0%	(11.321)	7,7%	(10.528)	8,9%
Remuneração dos administradores	(4.589)	2,7%	(4.010)	2,8%	(3.671)	3,1%
Outras Despesas Operacionais	(1.085)	0,6%	(5.983)	4,1%	(4.838)	4,1%
Despesas operacionais líquidas	(29.955)	17,5%	(28.975)	19,8%	(29.472)	25,0%
Resultado antes das Financeiras	14.080	8,2%	8.567	5,8%	3.046	2,6%
Despesas financeiras	(7.942)	4,6%	(12.749)	8,7%	(8.519)	7,2%
Receitas financeiras	3.679	2,1%	3.179	2,2%	2.483	2,1%
Resultado Financeiro	(4.263)	2,5%	(9.570)	6,5%	(6.036)	5,1%
Resultado antes dos Tributos sobre Lucro	9.817	5,7%	(1.003)	0,7%	(2.990)	2,5%
Provisões IRPJ e CSLL	(2.295)	1,3%	1.125	0,8%	1.339	1,1%
Resultado antes das participações	7.522	4,4%	122	0,1%	(1.651)	1,4%
Participação dos administradores	(752)	0,4%	-	-	-	-
Resultado Líquido	6.770	4,0%	122	0,1%	122	0,1%
Lucro por Ação – Em Reais (R\$)	3,01		0,05		(0,73)	

Análise das principais contas do resultado – 2016 versus 2015Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 117,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparada a R\$ 146,6 milhões no mesmo período em 2015. Um decréscimo de 24,5% ou R\$ 28,9 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2016, 65,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 46,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 100 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 109,1 milhões no mesmo período em 2015 representando um decréscimo de 9,1% ou R\$ 9,1 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,4% e 85% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2016 respectivamente.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 10,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, quando comparado aos gastos de R\$ 10,7 milhões no mesmo período em 2015 representam um decréscimo de 2,5%, ou R\$ 272 mil. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um acréscimo na ordem de 1,6 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2016 e 2015.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***As despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 14,2 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 contra R\$ 15,3 milhões no mesmo período em 2015, o que significou uma redução de 7,4% ou R\$ 1,1 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 1,6 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao mesmo período em 2015.

*As despesas financeiras*

As despesas financeiras foram de R\$ 8,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, comparados a R\$ 12,7 milhões no mesmo período em 2015 representam um decréscimo de 33,2%, ou R\$ 4,2 milhões. Esta diminuição é decorrente das amortizações dos financiamentos e a busca da administração da Companhia por financiamentos de Curto e Longo Prazo com encargos e juros mais atrativos.

*Receitas financeiras*

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 2,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, contra R\$ 3,2 milhões no mesmo período em 2015 representando um decréscimo de 28% ou R\$ 0,7 milhão.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise das principais contas do resultado – 2015 versus 2014Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 146,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparada a R\$ 171,3 milhões no mesmo período em 2014. Um decréscimo de 14,4% ou R\$ 24,7 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2015, 46,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 63,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 109,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 127,3 milhões no mesmo período em 2014 representando um decréscimo de 14,3% ou R\$ 18,2 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,4% e 73,3% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 respectivamente.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 10,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando comparado aos gastos de R\$ 14,0 milhões no mesmo período em 2014 representam um decréscimo de 23,6%, ou R\$ 3,3 milhão. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um decréscimo na ordem de 0,9 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2015 e 2014.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 11,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 contra R\$ 13,7 milhões no mesmo período em 2013, o que significou uma redução de 17,5% ou R\$ 2,4 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas reduziram na ordem de 0,3 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação ao mesmo período em 2014.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 12,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparados a R\$ 7,9 milhões no mesmo período em 2015 representam um acréscimo de 60,5%, ou R\$ 4,8 milhões. Este aumento é decorrente das reestruturações operacionais e ocupacionais, que ocasionaram o aumento do endividamento para pagamento das rescisões e readequações.

Receitas financeiras

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, contra R\$ 3,7 milhões no mesmo período em 2014 representando um decréscimo de 13,6% ou R\$ 0,5 milhão.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Análise das principais contas do resultado – 2014 versus 2013Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 171,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparada a R\$ 180,4 milhões no mesmo período em 2013. Um decréscimo de 5,0% ou R\$ 9,1 milhões. No exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2014, 63,0% da receita operacional líquida foi proveniente do mercado interno, em comparação a 61,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos foi de R\$ 127,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparado ao custo dos produtos vendidos de R\$ 133,0 milhões no mesmo período em 2013 representando um decréscimo de 4,3% ou R\$ 5,7 milhões. Como percentual da receita operacional líquida, os custos dos produtos vendidos se mantiveram entre 74,3% e 73,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respectivamente. Os efeitos de elevação no CPV estão relacionados aos custos fixos, refletidos principalmente pela retração do faturamento no 4º trimestre de 2014.

As despesas com vendas

As despesas com vendas atingiram R\$ 14,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, quando comparado aos gastos de R\$ 12,1 milhões no mesmo período em 2013 representam um incremento de 15,7%, ou R\$ 1,9 milhão. Como percentual da receita líquida de vendas, as despesas com vendas tiveram um incremento na ordem de 1,5 ponto percentual de um ano para outro, exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro 2014 e 2013.

As despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas foram de R\$ 13,7 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 contra R\$ 13,1 milhões no mesmo período em 2013, o que significou um aumento de 4,6% ou R\$ 600. Como percentual da receita operacional líquida, as despesas gerais e administrativas aumentaram na ordem de 0,7 ponto percentual no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao mesmo período em 2013.

As despesas financeiras

As despesas financeiras foram de R\$ 7,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, comparados a R\$ 10,6 milhões no mesmo período em 2013 representam um decréscimo de 25,5%, ou R\$ 2,7 milhões. Esta diminuição é decorrente de reestruturações financeiras, quitando empréstimos de curto prazo com juros mais elevados.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Receitas financeiras*

As receitas financeiras foram na ordem de R\$ 3,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, contra R\$ 6,1 milhões no mesmo período em 2013 representando um decréscimo de 39,3% ou R\$ 2,4 milhões. Esta diminuição é decorrente das variações cambiais ajustadas.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Balanco Patrimonial – em Milhares de Reais					
	31/12/14	AV	31/12/15	AV	31/12/16	AV
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	16.023	5,9%	13.555	5,0%	5.753	2,3%
Contas a receber	34.139	12,6%	44.148	16,4%	31.320	12,8%
Estoques	32.300	11,9%	31.245	11,6%	31.672	13,0%
Impostos a recuperar	8.099	3,0%	8.661	3,2%	8.753	3,6%
Outras contas a receber	1.882	0,7%	1.724	0,6%	1.430	0,6%
Despesas antecipadas	319	0,1%	190	0,1%	356	0,1%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>92.762</b>	<b>34,2%</b>	<b>99.523</b>	<b>36,9%</b>	<b>79.284</b>	<b>32,4%</b>
Ativo Atuarial	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	194	0,1%	-	-	-	-
Depósitos judiciais	1.275	0,5%	1.478	0,5%	1.720	0,7%
Outros créditos	1.424	0,5%	821	0,4%	2.095	0,9%
Imobilizado	174.210	64,2%	166.223	61,7%	159.361	65,2%
Intangível	764	0,3%	743	0,3%	624	0,3%
Investimento	468	0,2%	597	0,2%	1.482	0,6%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>178.335</b>	<b>65,8%</b>	<b>169.862</b>	<b>63,1%</b>	<b>165.282</b>	<b>67,6%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>271.097</b>	<b>100%</b>	<b>269.385</b>	<b>100%</b>	<b>244.566</b>	<b>100%</b>
<b>Passivo</b>						
Empréstimos	30.074	11,1%	25.825	9,6%	29.472	12,1%
Fornecedores	5.401	2,0%	3.766	1,4%	4.096	1,7%
Programa de recuperação fiscal	1.933	0,7%	2.039	0,8%	1.435	0,6%
<b>REFIS</b>						
Impostos e contribuições	1.266	0,5%	1.718	0,6%	1.748	0,7%
Incentivo Fiscal – PRODEC	-	-	319	0,1%	478	0,2%
Adiantamentos de clientes	3.988	1,5%	3.799	1,4%	2.927	1,2%
Provisão para férias e encargos	6.230	2,2%	5.208	1,9%	4.410	1,8%
Dividendos e JSCP	2.183	0,8%	1.286	0,5%	141	0,1%
Outras contas	2.084	0,8%	2.388	0,9%	2.047	0,8%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>53.159</b>	<b>19,6%</b>	<b>46.348</b>	<b>17,2%</b>	<b>46.754</b>	<b>19,2%</b>
Programa de recuperação fiscal	101.065	37,5%	101.065	37,5%	94.387	38,6%
<b>REFIS</b>						
IR e CS diferidos	19.230	7,1%	19.230	7,1%	18.144	7,4%
Impostos e contribuições	-	-	-	-	-	-
Incentivo Fiscal - PRODEC	789	0,3%	789	0,3%	346	0,1%
Empréstimos	27.391	10,2%	27.391	10,2%	12.686	5,2%
Provisão para contingência	2.768	1,0%	2.768	1,0%	3.044	1,2%
Passivo Atuarial	-	-	-	-	-	-
Outras contas	-	-	-	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>151.243</b>	<b>56,1%</b>	<b>151.243</b>	<b>56,1%</b>	<b>128.607</b>	<b>52,6%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital Social	10.707	3,9%	16.957	6,3%	17.264	7,1%
Reserva legal	915	0,3%	1.016	0,4%	1.030	0,4%
Reserva de lucros	8.018	3,0%	8.018	3,0%	7.148	2,9%
Lucros a destinar	6.250	2,3%	307	0,1%	203	-



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Outros resultados abrangentes	47.620	17,6%	45.496	16,9%	43.560	17,8%
Total do patrimônio líquido	73.510	27,1%	71.794	26,7%	69.205	28,2%
Total do passivo	271.097	100%	269.385	100%	244.566	100%

Análise das principais contas do balanço patrimonialCaixa e equivalentes de caixa

	31/12/14	AV	31/12/15	AV	31/12/16	AV
Caixa e Contas Movimento	5.344	33,4%	2.894	21,4%	2.543	44,2%
Renda Fixa	10.679	66,6%	10.661	78,6%	3.210	55,8%
TOTAL	16.023	100%	13.555	100%	5.753	100%
% Representação no Ativo Circulante	17,3%		13,6%		7,3%	

Em 31 de dezembro de 2016 as aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento entre 97% e 99,5% do CDI, resgatáveis a qualquer momento. Em todos os casos, as aplicações possuem liquidez imediata.

Contas a receber de clientes

	31/12/14	AV	31/12/15	AV	31/12/16	AV
Mercado Interno	12.682	36,9%	10.616	24,0%	16.065	51,3%
Mercado Externo	23.183	67,5%	35.263	79,9%	16.836	53,8%
(-). Ajuste a valor presente	(258)	-0,7%	(387)	-0,9%	(336)	-0,8%
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.274)	-3,7%	(1.344)	-3,0%	(1.245)	-4,3%
TOTAL	34.333	100%	44.148	100%	31.320	100%
% Representação no Ativo Circulante	37,0%		44,4%		39,5%	

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(813)	(1.274)	(1.344)
Adições	(919)	(70)	(21)
Recuperações/realizações	458	-	120
Saldo no final do exercício	(1.274)	(1.344)	(1.245)

Estoques

31/12/14	AV	31/12/15	AV	31/12/16	AV
----------	----	----------	----	----------	----

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Produtos Acabados	5.417	16,8%	6.034	19,3%	4.259	13,4%
Produtos em Elaboração	22.100	68,4%	20.553	65,8%	23.406	73,9%
Matéria Prima	1.227	3,8%	1.337	4,3%	1.005	3,2%
Materiais Auxiliares	2.146	6,6%	2.779	8,9%	2.296	7,2%
Outros Materiais	2.386	7,4%	1.572	5,0%	1.728	5,5%
Mercadorias em Consignação	224	0,7%	170	0,5%	168	0,6%
Provisão para Perda no Estoque	(1.200)	-3,7%	(1.200)	-3,8%	(1.190)	-3,8%
TOTAL	32.300	100%	31.245	100%	31.672	100%
% Representação no Ativo Circulante	34,8%		31,4%		39,9%	

Os estoques estão segurados e sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de risco envolvido. Para o exercício findos em 2016 a Companhia registra R\$ 1.190 de provisão para perdas nos estoques por entender que estes não são mais negociáveis, em 2015 o valor provisionado era de R\$ 1.200.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A movimentação da provisão par perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Saldo no início do exercício	(1.050)	(1.200)	(1.200)
Adições	(150)	(-)	(-)
Recuperações/realizações	-	-	10
Saldo no final do exercício	(1.200)	(1.200)	(1.190)

**Impostos a recuperar**

	31/12/14	AV	31/12/15	AV	31/12/16	AV
IRRF, ICMS, IPI, PIS, COFINS	7.157	76,7%	8.181	87,1%	9.073	93,1%
ICMS, PIS, COFINS de Imobilizado	2.169	23,3%	1.210	12,9%	670	6,9%
	9.326	100%	9.391	100%	9.743	100%
Circulante	8.099	86,8%	8.661	92,2%	8.753	89,9%
Não Circulante	1.227	13,2%	730	7,8%	990	10,1%

Os créditos serão realizados pela Companhia, através de restituição e/ou compensação com impostos e contribuições. A administração não espera perdas na realização destes créditos.

**Ativo Imobilizado****Valores Residual Líquido:**

	Terrenos e Edificações	Máquinas, Equipamentos Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobilizados em Curso	Arrendamento Mercantil	Outros Imobilizados	Total
Em 31/12/2014	100.453	68.141	1.358	2.974	355	929	174.210
Em 31/12/2015	100.208	63.488	1.318	170	281	758	166.223
Em 31/12/2016	98.730	58.132	1.141	602	-	756	159.361

a) Valores oferecidos em garantia - foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado, no valor de R\$57 milhões em garantia do REFIS do ano de 2000.

b) Valores segurados – os Ativos Imobilizados estão segurados contra: incêndio, danos elétricos e explosão, e vendáveis, bem como responsabilidade Civil. As coberturas são

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

inerentes ao grau de risco envolvido. O montante segurado esta descrito na nota explicativa específica nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DPF.

- c) Custo atribuído – Em 2010 a Companhia efetuou a avaliação de seus ativos imobilizados pelo custo atribuído através de uma empresa especializada em Avaliações patrimoniais. Para a determinação do custo atribuído os avaliadores independentes seguiram as recomendações da NBR 14.653-1, 14.653-2, 14.653-5 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Foram considerados também os critérios propostos pelo IBAPE – Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia.

Foram efetuadas inspeções técnicas objetivando avaliar:

- (i) Condições de uso;
- (ii) Estado de conservação;
- (iii) Condição de manutenção;
- (iv) Condição de operação;
- (v) Manutenção preditiva, preventiva e corretiva ocorrida nos equipamentos e instalações, assim como reformas nos edifícios e nas benfeitorias incorporadas aos imóveis, que possibilitaram o aumento da expectativa de vida econômica do bem.

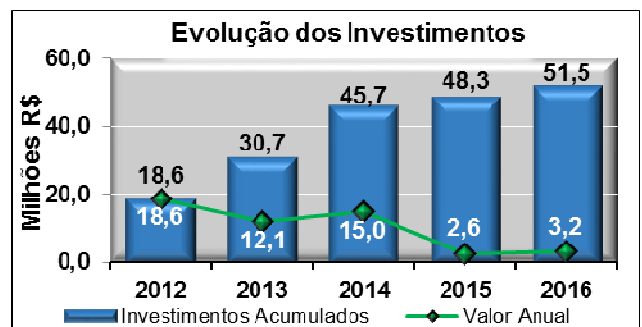
Com base nos procedimentos efetuados, foram determinadas novas vidas úteis como abaixo indicado:

Classe de Imobilizado	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual Média
Edificações e Benfeitorias	25 anos	25 anos
Máquinas, Equipamentos e Instalações	10 anos	18 anos
Móveis e Utensílios	10 anos	9 anos
Outros Ativos Imobilizados	5 anos	4 anos

É premissa do nosso planejamento estratégico priorizar os investimentos sem comprometer nossa capacidade de pagamento. Os valores aprovados no orçamento de 2016 para aquisições em investimentos eram de 2,5% do ROL, (R\$ 3,0 milhões) e a realização foi de R\$ 3,2 milhões. Foi o segundo menor ano de investimento quando comparados aos últimos anos, pois o objetivo foi priorizar o caixa.

Já para os anos de 2015 e 2014 a Companhia registra aquisições de R\$ 2,6 e R\$ 15,0 milhões respectivamente.

As aquisições ficaram restritas à manutenção e ao bom funcionamento das máquinas, equipamentos e/ou dispêndios em melhorias de linhas para aumento da produtividade.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Tanto que os investimentos no contínuo melhoramento do terreno no município de Barra Velha/SC também foram menores em 2016, bem como também em 2015.

Os investimentos de maior relevância para os últimos anos foram:

- i) Aquisição e instalação de cinco centros de usinagem que estão operando em regime pleno;
- ii) Finalização das instalações do sistema de exaustão pó de ferro;
- iii) Melhorias nas instalações do sistema de moldagem fast loop;
- iv) Adequações para NR 12 e melhorias no sistema de para-raios e hidrantes;
- v) Aquisição de mais matrícula/terreno situado no município de Barra Velha;
- vi) Instalações para melhorar o layout e ainda outros investimentos de menor vulto, todos direcionados ao melhor atendimento de nossos clientes;
- vii) Aquisição e instalação de um forno denominado AOD com capacidade de 8 toneladas, para refino da qualidade do aço líquido e aumentar a capacidade instalada.

Ativo Intangível

## Valores Residual Líquido:

Em 31/Dezembro/2014	764
Em 31/Dezembro/2015	743
Em 31/Dezembro/2016	624

Com base nos procedimentos, as seguintes vidas úteis são utilizadas para calculo da amortização:

Classe de Intangível	Vida Útil Anterior	Vida Útil Atual
Software	3 a 5 anos	5 anos

Outras Receitas Operacionais

	31/12/14		31/12/15		31/12/16	
Outras receitas						
Despesas Recuperadas	473	13,7%	18	0,6%	13.625	91,8%
Outras Receitas	2.976	86,3%	3.028	99,4%	1.225	8,2%
	3.449	100%	3.046	100%	14.850	100%
Outras despesas						
Perdas Operações M. Externo	(80)	7,4%	-	-	-	-
Outras Despesas	(1.005)	92,6%	(467)	7,8%	(860)	17,8%
Transf. ref. reestr.	-	-	(5.516)	-	(3.978)	82,2%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

ocupacional		)	)
	(1.085)	100%	(5.983) 100% (4.838) 100%
Resultado operacionais líquidas	2.364	(2.937)	10.012

Créditos fiscais programa Reintegra: referente ao Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras, que trata do ressarcimento parcial ou integral do resíduo tributário na cadeia de produção. O incentivo obtido pela Companhia está registrado como outras receitas, no montante de R\$ 45 – 0,1% sobre o montante produzido e exportado (este regime voltou a vigorar em outubro de 2014 totalizando R\$ 372 neste ano, e R\$ 918 em 2015, pelo percentual ser maior de 1% a 3%).

O valor mais expressivo na rubrica de outras receitas foi a atualização da Ação da Eletrobrás, que valorizou bastante em 2016, R\$ 885 (R\$ 90 em 2015). No 1º Trimestre de 2015 também houve créditos referente ao êxito no processo contra o INSS sobre auxílio doença/atestados médicos (nota 11.a) no montante de R\$ 788.

Transferências referente reconhecimento nos Custos dos Produtos Vendidos, despesas com Vendas e Administrativas referente a reestruturação para adequação ocupacional foram transferidos para o grupo de outras despesas operacionais, por se tratar de um evento extraordinário.

Devido a recessão econômica no Brasil, houve uma redução na produção da Companhia, e consequentemente algumas medidas tiveram que ser tomadas. A primeira foi a reestruturação no quadro dos empregados que representou uma redução de 24% na folha de pagamentos realizada no segundo trimestre de 2016 (24,6% na reestruturação do primeiro trimestre de 2015). O custo desta reestruturação somou R\$ 4,0 milhões, classificado contabilmente como evento extraordinário (mencionado na Nota 21) (R\$5,5 milhões em 2015). A segunda medida proposta pela Administração foi a aprovação da redução da jornada de trabalho e salários. No dia 23 de junho de 2016, os colaboradores, em assembleia, aprovaram a proposta de flexibilização da jornada de trabalho e salários entre os meses de julho a dezembro de 2016 (a mesma medida também foi aprovada no dia 25 de junho de 2015, que ficou vigente de julho a dezembro do ano).

Já na rubrica de despesas recuperadas houveram três movimentações significativas em 2016: registro do encerramento do Benefício Pós Emprego, da diretoria e gerência, conforme Nota Explicativa 13 em nossa DFP, no montante de R\$ 1.707; redução de multas do Refis, conforme Nota Explicativa 15 da DFP, no valor de R\$ 9.385 e o levantamento de créditos extemporâneos do Pis e da Cofins sobre o imobilizado, não creditados na época da aquisição dos bens e que hora efetuamos no montante total de R\$ 2.511.

Informações geraisa) Contingências

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e judiciais de natureza trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para contingências, como abaixo indicado:

	31/12/14		31/12/15		31/12/16	
Trabalhistas		81,8		46,4%		44,6
	573	%	1.285		1.358	%
Tributárias		18,2		53,6%		55,4
	1.402	%	1.483		1.686	%
Outros						
	1.975	100%	2.768	100%	3.044	100%
% do Passivo + PL		0,7%		1,0%		1,2%
Circulante	-		-		-	
Não Circulante	1.975		2.768		3.044	

*Trabalhistas*

A Companhia é acionada em reclamações trabalhistas envolvendo principalmente discussões sobre insalubridade, periculosidade, entre outros. Baseado no histórico de pagamentos e na opinião dos assessores jurídicos, a provisão de R\$ 1.358 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.285 em 2015) é julgada suficiente para cobrir prováveis perdas. Adicionalmente, há em andamento processos trabalhistas no montante de aproximadamente R\$ 515, para os quais não foi constituída qualquer provisão pelo fato dos consultores jurídicos da Companhia entenderem que a perspectiva de perda da Companhia nestes processos é possível.

*b) Depósitos Judiciais*

A Companhia registra no ativo, valores referentes a depósitos judiciais assim constituídos:

	31/12/14		31/12/15		31/12/16	
Ações trabalhistas	233	18,2%	321	21,7%	361	21%
Ações Sebrae/Aux. Doença	1.042	81,8%	1.157	78,3%	1.359	79%
	1.275	100%	1.478	100%	1.720	100%
% do Passivo + PL		0,5%		0,5%		0,7%

O montante de R\$ 228 depositado referente a auxílio doença foi restituído após o alvará para saque em novembro de 2015.

*c) Atuarial - Obrigações com Benefício pós – emprego*

A Companhia implantou no final do exercício de 2010, o plano de benefícios pós – emprego para seus empregados e ex-empregados garantindo assistência médica vitalícia a todos que ocuparem cargo de Gerente ou Diretor Executivo, que completarem 65 anos, e aos Conselheiros de Administração que completarem 75 anos, desde que tenha sido empregado, Diretor ou Conselheiro da Administração da ALTONA por 30 anos ininterruptos, uma vez que os mesmos não estabelecem vínculo empregatício com a

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Companhia. Em 2011 por decisão do Conselho de Administração decidiu-se alterar as regras para a concessão do benefício pós-emprego reduzindo a idade mínima passando de 65 para 55 anos no caso de Gerente ou Diretor Executivo e de 75 para 65 quando Conselheiros de Administração, resultando no incremento das obrigações atuariais. O registro da provisão foi suportado por um estudo atuarial e a avaliação do plano adotou o método da unidade de crédito projetado, sendo que os ativos e passivos atuariais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 podem ser resumidos como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(294)	(2.619)
Valor justo dos ativos do plano	294	2.634
Total do ativo / (passivo) atuarial	<u>-</u>	<u>15</u>

O saldo das obrigações bem como o dos ativos baixaram, devido o pagamento do benefício aos gerentes que foram desligados. Adicionalmente, no último trimestre de 2016 através do Ato do Conselho houve uma revisão do Plano. Ficou determinado a redução e/ou estorno do montante provisionado dos Diretores e dos gerentes que não atingiram as determinações do plano. Efeitos demonstrados na nota 22. O ex-Diretor que já havia atingido todos os requisitos para o plano continua com seu saldo provisionado.

**d) Incentivo Fiscal Estadual – PRODEC**

A Companhia obteve, junto ao Estado de Santa Catarina, a concessão do incentivo do Programa de Desenvolvimento Catarinense – PRODEC, programa criado com o objetivo de fomentar o crescimento da indústria catarinense, conforme extrato do contrato 003/06 publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 07 de Abril de 2006. Tal incentivo funciona através da concessão à Companhia de um crédito de ICMS, o qual será utilizado na medida do incremento do ICMS apurado. Tal crédito é utilizado abatendo até 60% do acréscimo do recolhimento, sendo concedido o prazo de 120 meses para fruição do crédito a partir da concessão. Este prazo de fruição encerrou-se no segundo semestre de 2016, sendo que a Cia. não pode mais utilizar o benefício, somente honrando o ICMS já incentivados.

Os créditos utilizados, mensalmente, serão devolvidos após 48 meses, podendo o prazo total do benefício estende-se a 168 meses à partir de abril de 2006. A forma de amortização do benefício é o pagamento do crédito utilizado, acrescido de juros de 4% ao ano e atualização monetária pela UFIR.

Foi concedido à Companhia um crédito total de ICMS de R\$ 47 milhões, sendo liberado na primeira fase o crédito de R\$ 8.500. No exercício de 2008 foi efetuado um adendo no contrato inicial, referente à liberação monetária da primeira fase, com o incremento de



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

R\$ 6.859, passando então para R\$ 15.359 o valor a ser utilizado para incentivo do programa PRODEC. Desse montante a Companhia utilizou, até o momento, R\$ 6.618.

A Companhia utilizou-se do benefício fiscal que, atualizado, perfaz o montante conforme destacado na tabela abaixo:

	31/12/14		31/12/15		31/12/16	
Circulante				28,8		58,0
	-	-	319	%	478	%
Não Circulante				71,2		42,0
	1.050	100%	789	%	346	%
	1.132	100%	1.050	100%	824	100%
% do Passivo + PL	0,4%		0,4%			

Abaixo encontra-se o cronograma previsto de longo prazo:

	31/12/2016
2017	478
2018	326
2019	20
<b>Total</b>	<b>824</b>

A partir de Agosto de 2010, a Companhia esta cumprindo conforme determina o contrato do PRODEC, pagamento da prorrogação concedida no programa, o montante de quitação perfaz R\$ 6.599.

**e) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Federal**

Amparada na Lei N.º 9.964 de 10 de abril de 2000, a Administração da Companhia protocolou, em fevereiro de 2000, pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS.

A amortização do passivo consolidado, conforme previsto no programa REFIS, está sendo efetuada regularmente à base de 1,2% sobre a receita bruta ajustada, desde março de 2000. O saldo devedor esta sendo atualizado pela TJLP. Considerando a expectativa de crescimento no valor da receita da Companhia (base de pagamento), estima-se que o valor desse passivo deverá ser quitado até meados do ano de 2063. Em garantia do REFIS foram arrolados e penhorados, os bens do ativo imobilizado.

Na adesão da Companhia ao REFIS, os honorários advocatícios de sucumbência, arbitrados inicialmente nas execuções fiscais ajuizadas pelo INSS foram incorporadas ao parcelamento a razão de 10%. A Lei que instituiu o programa REFIS estabelecia, no entanto, honorários de sucumbência de 1%. Para reduzir o valor de honorários inicialmente consolidados no REFIS, a assessoria jurídica da Companhia requereu em

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

todas as execuções do INSS a redução dos honorários para o percentual de 1%, de acordo com MP 303/06.

A Companhia discute também, no âmbito administrativo, a indevida inclusão de supostos débitos a título de imposto de renda e contribuição sociais não recolhidos nos exercícios de 1990 e 1991, sendo que, para aqueles exercícios a Companhia não apresentou lucro tributável. Este tema gera uma diferença entre o valor contabilizado pela Companhia e o extrato do REFIS junto à Receita Federal, na ordem de R\$ 3.019 em 31 de dezembro de 2016.

Neste exercício a Companhia também pleiteou com êxito junto à Receita Federal a limitação das multas quanto ao INSS considerado no REFIS de acordo com a Lei 8.212 art 35 que estabelece teto de até 20%, tendo logrado êxito neste tema. O valor da redução foi de R\$ 9.385 registrado no Resultado da Companhia na rubrica de “Outras Receitas Operacionais”.

O passivo relativo ao REFIS encontra-se abaixo destacado:

	31/12/2014		31/12/2015		31/12/2016	
Circulante	1.933	1,9%	2.039	2,0%	1.435	1,0%
Não Circulante	100.046	98,1%	101.065	98,0%	94.387	99,0%
	101.979	100%	103.104	100%	95.822	100%
% do Passivo + PL	37,6%		52,2%		39,2%	

**f) Crédito de IR/CS**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Lucro antes dos impostos	9.065	(1.003)	(2.990)
IR/CS a alíquota de 34%	(3.082)	341	1.017
(Exclusões)/adições			
Inovação tecnológica	103	-	-
Incentivos fiscais	328	544	-
Outras diferenças permanentes	356	240	322
Tributos diferidos não contabilizados no período	-	-	-
Total	(2.295)	1.125	1.339

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Opinião dos Nossos Diretores sobre10.2.a. resultados das nossas operações, em especial:

- (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas é denominada em reais, que provém da venda de nossos produtos no território nacional e internacional, cujos clientes na sua maioria, são multinacionais, em diferentes atividades, entre as principais, as montadoras de auto propulsores, geração de energia, mineração e petróleo/gás.

		<u>2014</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>
Sob Encomenda	Mercado Interno	36.898	25.221	36.629
	Mercado Externo	44.711	64.143	17.506
	<b>Total</b>	<b>81.609</b>	<b>89.364</b>	<b>54.135</b>
Repetitivos	Mercado Interno	70.273	41.507	36.070
	Mercado Externo	19.443	15.766	27.482
	<b>Total</b>	<b>89.716</b>	<b>57.273</b>	<b>63.552</b>
	<b>Total Geral</b>	<b>171.325</b>	<b>146.637</b>	<b>117.687</b>

- (ii) Fatores que podem e afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira e o resultado das operações foram influenciados por fatores como: o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, políticas cambiais e monetárias e baixo crescimento globalizado de expansão dos mercados que os clientes atuam.

O cenário macroeconômico brasileiro tem se caracterizado por variações significativas no crescimento econômico e nas taxas inflacionárias e cambiais, principalmente do que diz respeito à recuperação pós-crise.

O IGP-M encerrou dezembro com alta de 0,54% (ante -0,03%, em novembro), no quarto trimestre de 2016 o índice teve variação 0,67% (ante 3,95% no quarto trimestre de 2015), em 2016 o índice encerrou acumulado em 7,19%. (fonte: conjuntura econômica).

O Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA) que é o índice oficial do governo para acompanhamento da inflação encerrou dezembro em alta de 0,30%, (ante 0,18% em novembro). No quarto trimestre de 2016 o índice teve variação 0,74% (ante 2,82% do quarto trimestre de 2015). A inflação acumulada em 2016 encerrou em 6,29%, dentro do teto da meta que é de 4,5% com +/- 2 p.p. de variação.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

O comitê de política monetária (Copom) do banco central do Brasil, que se reúne para decidir sobre o nível da taxa Selic, diante do cenário macroeconômico que apresentou desaceleração dos índices de inflação, decidiu em novembro reduzir a taxa de 14,00% a.a. para 13,75% a.a. (*fonte: IBGE e Banco Central*).

Neste quarto trimestre de 2016 a cotação da moeda norte americana (cotação compra) encerrou dezembro cotada em R\$ 3,2585, alta de 0,40% em relação à cotação do fim do trimestre anterior (R\$ 3,2456 em 30/09/16). Avaliando a variação do final do quarto trimestre de 2015 (R\$ 3,9042 em 30/12/15) com o quarto trimestre de 2016, o dólar teve uma desvalorização frente ao real de 16,54%. (*fonte: Banco Central*).

A Companhia é afetada por diversos fatores externos, dos quais não possui domínio nem capacidade de prever intensidade. Para amenizar estes fatores externos que possam ser prejudiciais à empresa, medidas como repasse de preços e redução de custos são utilizadas. A desvalorização do real é um fator que favorece a competitividade das exportações e também causa pressão inflacionária. Para se proteger destes fatores externos e trabalhando na busca constante pelo aumento da competitividade e qualidade a Companhia está constantemente buscando a excelência operacional. Temos como objetivos estratégicos e metas o aumento da produtividade, redução do prazo de entregas, redução de custos e retrabalhos. Investimentos em novos processos/tecnologias, gestão eficaz de compras, investimentos em qualificação de pessoas, em segurança e meio ambiente.

10.2.b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita da Companhia é impactada diretamente pelas alterações no volume de vendas e oscilações de preço. O desempenho na receita do Mercado Externo apresentou uma forte queda de R\$ 35,7 milhões ou 42,3%. Esse decréscimo foi devido à queda na demanda do exterior, e também a desvalorização do real frente ao dólar, pois nas toneladas produzidas houve recuo na de 33,9% em relação a 2015.

Os negócios fora do Brasil estão cada vez mais presentes, porém cada vez mais competitivos. A Companhia vinha crescendo sua participação em relação a produção de aço fundido exportada pelo Brasil, nos últimos anos partiu de uma participação de 8%, chegando a 15% em 2013. Em 2015, a participação ficou prejudicada em função da recessão econômica e baixou para 10%, já em 2016 também em função da forte crise econômica e da recessão esta participação caiu para 5,3%. Monetariamente representava nos últimos anos próximo a 18,0%, e para 2015 e 2016 de participação ficou abaixo dos 15%. (Fonte: ABIFA Associação Brasileira de Fundição).

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro****10.2.c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro**

A Sucata e o ferro liga são os principais insumos metálicos no custo de produção da Altona. No Brasil, os preços destes insumos vêm se mantendo estáveis nos últimos exercícios, de modo que a inflação de materiais afeta sensivelmente as margens da Companhia. Por outro lado, atualmente, a inflação de mão de obra, que representou cerca de 38% do custo de produção em 2016, é a principal preocupação da Companhia, pois alguns Clientes multinacionais entendem que o custo da mão de obra tem que ser absorvido por produtividade e não aceitam repasse nos preços.

De qualquer forma, o resultado pode ser afetado pela inflação e pelos reajustes de preços das *commodities* que são na sua maioria, reguladas pelas Bolsas de Valores. O desempenho financeiro pode ser afetado, uma vez que, os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e são reajustados pela inflação, impactando na receita de vendas e que, de modo geral, a contenção através de reestruturação de custos ou o não repasse para nossos clientes por meio de aumentos de preços irá interferir na lucratividade da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

10.3. Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.

10.3.a. Da introdução ou alienação de segmento operacional

Não há introdução ou alienação de segmento operacional.

10.3.b. Da constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

10.3.c. Dos eventos ou operações não usuais

Não existem eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Opinião dos Nossos Diretores sobre10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram novamente preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Desta forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPC's para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para os CPC's. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para republicar o balanço patrimonial de abertura no BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial publicado preparado de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas da data de transição de acordo com o CPC37, a Companhia aplicou todas as disposições obrigatórias previstas na norma.

Nas conciliações acima, foram considerados os CPC's deliberados pela CVM com aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

10.4.b. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Altona S.A., declara que:

(i) revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013; e

(ii) revisou, discutiu e concordam com revisão expressa no relatório de revisão especial da Berkan Auditores Independentes S.S. e Ernest Young Auditores, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 respectivamente.

10.4.c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos últimos 3 exercícios sociais não foram feitas ressalvas nos pareceres de nossos auditores independentes.

Os pareceres dos auditores independentes relativos às demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 contêm parágrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios. A Companhia está adotando um conjunto de

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

medidas para a recuperação econômico-financeira que abrange aumento das vendas, rentabilidade dos produtos, utilização da plena capacidade de produção, estabelecimento de parcerias, treinamento de pessoal, marketing e alongamento das dívidas.

No ano de 2016 o parecer do auditor independente relativo as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro, trará as mudanças orientadas pelo *IBRACON* através de novas NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria Independente). O parecer da companhia além de conter paragrafo de ênfase relativo à continuidade normal dos negócios, trouxe parágrafos de ênfase, tratando de assuntos de relevância e de como o Auditor conduziu estes assuntos.



## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Opinião dos Diretores acerca das Políticas Contábeis Críticas Adotadas explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração, sobre questões incertas e relevantes, para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, requer que efetuemos certos julgamentos e utilizemos premissas na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, a respeito dos efeitos de questões que são, por natureza, incertas e que impactam o valor de nossos ativos e passivos. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos e estimativas se baseiem em premissas razoáveis, as quais são revisadas periodicamente, estão sujeitas a vários riscos e incertezas e tenham sido feitas com base nas informações disponíveis, seus resultados efetivos podem apresentar variações em relação às estimativas e julgamentos apresentados.

Objetivando a fornecer um entendimento de como formamos os julgamentos e estimativas sobre determinados eventos futuros, resumimos as principais práticas contábeis críticas:

### Instrumentos financeiros

A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não-derivativos, os quais incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis.

### Obrigações com Instituições Financeiras

São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores registrados a cada contrato, acrescidos de juros apropriados até a data do balanço. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) as operações de circulante e não circulante consideradas relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação, ajustando os valores de Ativos e Passivos referentes aos juros a apropriar. Adicionalmente os empréstimos não são objetos de *covenants ou hedges*.

### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia ajustou a valor presente (AVP) os valores a receber de circulante e não circulante considerados relevantes, com base na taxa TJLP, a partir da data da operação. A Provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas e seu montante é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 1º de janeiro de 2010 a companhia procedeu a revisão da vida útil de seu ativo imobilizado tendo modificado a taxa de depreciação de certos bens a partir daquela data.

Arrendamentos Mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo, ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia, basicamente, todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

### Valor Recuperável

Para os grupos de Imobilizado e Intangível a Companhia adota o procedimento de revisar os saldos, para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Sempre que oportuno ou quando eventos de mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuros será constituído provisão para perda. Os grupos do imobilizado e do Intangível, tiveram o seu valor recuperável testado, e não há indicadores de perdas de valor.

### Provisões

#### (i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### (ii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### Plano de Participação nos Resultados

A companhia executou programa anual de incentivo para seus colaboradores, denominado PPR – Plano de Participação nos Resultados, cujos pagamentos foram determinados com base em metas financeiras e índices de performance, obtidos e apurados pela Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

A apuração do valor a receber (quando este existir) do PPR é feita semestralmente, e o pagamento efetuado nos meses de agosto e fevereiro.

**Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro**

O Imposto de Renda e Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas efetivas do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro real e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, limitado a 30%.

A Companhia reconheceu os créditos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e de Contribuição Social Sobre o Lucro decorrente de prejuízos fiscais, com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, levando em conta as perspectivas de rentabilidade futura de geração de lucro tributável nos próximos exercícios sociais.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado estão demonstradas na Demonstração Financeira – DF.

As demais premissas referentes as boas práticas contábeis, estão demonstradas na DF 2016.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6. Opinião dos Nossos Diretores sobre outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estão evidenciados em suas demonstrações financeiras.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

Não aplicável.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8. Os nossos diretores devem indicar e comentar os principais elementos do nosso plano de negócios, explorando especificamente os seguintes tópicos:****10.8.a. Investimentos, incluindo:**

- (i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Os investimentos de capital realizados pela Companhia tratam-se, em sua maior parte, de investimentos na manutenção e atualização dos maquinários e equipamentos da planta industrial. Em pronunciamentos anteriores, o plano diretor a Companhia prevê a ampliação de seu parque fabril em uma nova unidade, localizada em ponto estratégico de logística apurada, objetivando o aumento da capacidade de produção para peças de grande porte, onde será capaz suportar a necessidade da demanda deste mercado. Em função do recesso econômico atual, o ritmo e/ou o cronograma do projeto esta sendo revisado.

Exercícios	Terrenos e Edificações Próprias	Máquinas, Equipamentos, Veículos, Modelos e Moldes	Móveis e Utensílios	Imobili-zados em Curso	Arrenda-mento Mercantil	Outros Imobili-zados	Intangível	Total – R\$ milhares
2014	2.717	2.828	405	8.236	317	208	248	14.959
2015	464	1.309	236	273	-	74	233	2.589
2016	273	1.764	115	772	-	48	198	3.170

- (ii) fontes de financiamento dos investimentos;

A fonte de financiamento dos investimentos de capital que costuma ser realizado no complexo industrial tende a ser a própria geração de caixa operacional da Companhia e, por estratégia, quando aplicável, os investimentos de valores de maior relevância, a Companhia conta com linhas de financiamento vinculadas ao governo, por exemplo BNDES, FIMIP, FINAME, EXCIM entre outros.

- (iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos;

Não há perspectiva de quaisquer desinvestimentos de capital ou em andamento nos últimos 3 anos.

**10.8.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva**

Atualmente, a Companhia possui uma planta industrial, em terreno com aproximadamente 113 mil metros quadrados. O complexo industrial é dividido em áreas de: projetos, moldagem, aciaria, tratamento térmico e acabamento, usinagem e depósito. Toda área administrativa e manutenção também faz parte deste complexo. O parque fabril é composto

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

por máquinas e equipamentos e alto valor agregado, que representam parte relevante do ativo imobilizado, bem como os constantes investimentos na modernização, logística e meio ambiente são pontos fundamentais para o sucesso industrial.

Nos últimos anos, um investimento relevante foi a compra e instalação de um forno com capacidade de 8 toneladas denominado AOD. Este equipamento proporcionara uma melhor qualidade no refino/pureza do aço e ira atender ofertas de peças maiores de aproximadamente 6/8 toneladas. Este investimento esta alocado para atual planta, as condições de pagamentos foram através de uma linha de credito FINAME.

Nos últimos anos a Companhia estrategicamente, adquiriu mais algumas matriculas de terrenos de aproximadamente 42 mil de metros quadrados para fazer estrema ao terreno anteriormente adquirido no município de Barra Velha. O posicionamento logístico e eficiente é um dos diferenciais e esta de encontro com o plano diretor da Companhia.

(i) novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

(ii) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não se aplica.

(iii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não se aplica

(iv) projetos em desenvolvimento já divulgados; e

Não se aplica

10.8.c. novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia tem por atividade, a industrialização de projetos de clientes. Não é desenvolvido produtos novos com *know-how* próprio para o mercado, muito embora, tenhamos inserido em nossa estratégia a melhoria contínua no desenvolvimento dos processos e adequações de layouts mais ágeis.

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

ii) Montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados; e

iv) Montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica



## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

### 10.8.d. montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante****10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Destacamos que, a Companhia firmou com o Ministério Público Estadual, aditivo ao Termo de Ajuste de Conduta em vigor, objetivando a permanência indeterminada das atividades fabris no local da sua sede.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção “10”.